

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO  
INTERDISCIPLINAR DE  
ESTUDO E PESQUISA  
DO IMAGINÁRIO  
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ISSN 1519-6674  
ANO XIX  
VOLUME 31  
(JUL-DEZ)  
2019  
P. 241-262.

## TRANSGREDINDO FRONTEIRAS: APROXIMAÇÕES INTERDISCIPLINARES NOS DISCURSOS DOS “NOVOS HISTORIADORES” AMERICANOS (1900-1914)

Lívia Amarante Gallo<sup>1</sup>  
Doutoranda em História na  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

### RESUMO

No final do século XIX, nos Estados Unidos, ocorreu uma profunda mudança na maneira pela qual a sociedade se relacionava com o passado e produzia conhecimento sobre ele. De conhecimento desenvolvido por amadores, passou a ser disciplina científica autônoma, levada à cabo em instituições universitárias por um corpo de profissionais treinados nestas instituições, que atuava seguindo procedimentos pré-estabelecidos para o desenvolvimento de suas pesquisas. A história transformou-se em disciplina acadêmica através da afirmação de algumas bases epistemológicas sobre as quais construiu suas fronteiras disciplinares, diferenciando-se das demais Ciências Humanas, afastando-se da Literatura e buscando as ciências naturais como horizonte. Neste artigo, através da análise de discursos proferidos por presidentes da *American Historical Association*, buscaremos demonstrar que a História sempre foi um campo em disputa, e que mesmo no início de sua vida disciplinada, debates surgiram: sobre a sua incapacidade de estabelecer leis, colocando em xeque sua cientificidade; sobre a dureza de sua narrativa, gerando um afastamento entre as produções acadêmicas e público leigo; e sobre o fechamento da disciplina em si mesma, não havendo entre os historiadores preocupações com questões pungentes. No esteio destes debates, um grupo, que ficou conhecido como “Nova História” surge propondo algumas aproximações interdisciplinares como resposta às críticas que a História vinha recebendo, mas sem colocar em risco as fronteiras previamente estabelecidas.

**Palavras-chave:** historiografia; disciplina; identidade disciplinar; Estados Unidos.

### TRANSGRESSING BORDERS: INTERDISCIPLINARY APPROACHES IN THE DISCOURSES OF AMERICAN "NEW HISTORIANS" (1900-1914)

### ABSTRACT

In the late nineteenth century, in the United States, there was a profound change in the way society related to the past and produced knowledge of it. From knowledge developed by amateurs, it became an autonomous scientific discipline, carried out in university institutions by a corps of professionals trained in these institutions, who worked following pre-established procedures for the development of their research. History became an academic discipline through the affirmation of some epistemological bases on which it built its disciplinary boundaries, differentiating itself from other Human Sciences, moving away from Literature and seeking the natural sciences as horizon. In this article, through the analysis of speeches by presidents of the *American Historical Association*, we will demonstrate that History has always been a field in dispute, and that even at the beginning of its disciplined life, debates arose: about its inability to establish laws, placing check its scientificity; about the hardness of his narrative, generating a gap between academic productions and lay audiences; and about the closure of the discipline in itself, with no concern among historians for poignant questions. In the mainstay of these debates, a group, which became known as “New History” emerges proposing some interdisciplinary approaches as a response to the criticisms that History had been receiving, but without jeopardizing the previously established borders.

**Keywords:** historiography; discipline; disciplinary identity; United States.

## Introdução

A disciplinarização da História ocorreu a partir de meados do século XIX na Europa, em um contexto social de acelerado desenvolvimento industrial e urbano, onde o conhecimento científico ganhava cada vez mais espaço como maneira privilegiada de explicar e intervir na realidade, em lugar das explicações místicas.<sup>ii</sup> Neste momento, as antigas universidades passaram por profundas transformações: de centros de perpetuação de tradições a centros de pesquisa para desenvolvimentos técnicos.<sup>iii</sup> Assim, diversas áreas de conhecimento tornaram-se disciplinas autônomas nas academias, estabelecendo fronteiras entre sua área de conhecimento e as demais, instituindo regras para o desenvolvimento das pesquisas e critérios para suas validações, assim como construindo bases institucionais que possibilitassem as pesquisas e o diálogo entre pesquisadores, como associações profissionais e periódicos especializados.

Os Estados Unidos passaram por esses processos de constituições disciplinares a partir do último quarto do XIX, onde diversas áreas se tornaram disciplinas autônomas nas antigas universidades que se expandiam e nas novas instituições que eram construídas. Neste país, assim como no Velho Mundo, a disciplinarização da História se deu a partir de sua separação de outras áreas do conhecimento, da constituição de uma identidade que estabelecesse as fronteiras entre a nova disciplina

e as demais e da instituição de determinações e proibições para o desenvolvimento das pesquisas.

Como a palavra “disciplina” sugere, esse processo tem a ver com estabelecimento de regras, pontuando o que é permitido e, principalmente, o que é proibido dentro de sua prática. No caso da História, esta se constituiu em disciplina nos EUA através da afirmação de sua natureza científica; buscando, através de teorias e conceitos emprestados das ciências naturais (como a teoria da evolução), a verdade sobre o passado, negando a subjetividade e afirmando a possibilidade de separação total entre o objeto e o sujeito que pesquisa, e principalmente, negando a natureza literária deste conhecimento, tida como ligada à ficção, e consequentemente, à mentira.

Neste artigo, a partir de discursos proferidos por presidentes da associação de historiadores americanos – *American Historical Association*<sup>iv</sup> – nos primeiros anos do século XX, buscaremos demonstrar que a disciplina, como área delimitada por fronteiras, já com uma identidade bem definida desde o início de seu processo de constituição, passou por questionamentos, principalmente com relação aos seus limites explicativos. Esses questionamentos geraram reflexões sobre as ferramentas analíticas que poderiam ser pegadas de empréstimo pelos historiadores para dar conta de compreender uma sociedade extremamente complexa, mas também geraram reflexões sobre as perdas que o afastamento da Literatura

havia gerado para o potencial narrativo e explicativo de seus textos, com implicações no alcance limitado que passaram a ter. No esteio destas questões, um grupo de historiadores, considerando os apontamentos recebidos sobre as limitações de sua disciplina, pensaram em aproximações interdisciplinares entre História, Literatura e disciplinas irmãs que dessem conta de explicar a sociedade em sua complexidade. A “corrente teórica” formada por esse grupo ficou conhecida como “Nova História” e teve uma presença importante nos EUA por volta de 1900 e 1914.

### Constituição da identidade disciplinar

O historiador Robert Townsend, em seu livro *“The History’s Babe”*, afirma que a disciplina, nos Estados Unidos, desenvolveu quatro elementos de identidade profissional: um local idealizado de emprego na academia para os profissionais; uma crença centrada no estudo científico da história; um sistema de formação e certificação de profissionais; a constituição de um aparato institucional para a disseminação dos resultados das pesquisas.<sup>v</sup> Sendo assim, a constituição da História como conhecimento acadêmico passou por processos de profissionalização e disciplinarização, onde o primeiro correspondeu à criação de um aparato institucional que desse conta de formar os profissionais, garantindo posteriormente locais de emprego, assim como a abertura de espaços de diálogo entre os profissionais onde os

resultados das pesquisas pudessem ser mutuamente lidos e criticados pelos pares – associações, como a *American Historical Association* (AHA), periódicos regionais e nacionais, como a *American Historical Review* (AHR) e editoras, principalmente universitárias. Já o processo de disciplinarização passou pelo estabelecimento das diretrizes para o tratamento do passado e das maneiras adequadas de realizar pesquisas sobre ele.

Sobre a constituição de uma identidade, Tomáz Tadeu da Silva, pesquisador da área de Educação, no texto *“A produção social da identidade e da diferença”*, ao tratar da questão da produção de identidades e diferenças com preocupações voltadas à pedagogia, fez importantes reflexões sobre o tema, que mesmo voltadas para a compreensão da constituição de identidades humanas, podem nos ajudar a compreender a constituição de uma identidade disciplinar, isso porque o campo disciplinar também compreende um campo humano.

Para Tadeu da Silva, “identidade” e “diferença” possuem uma dependência mútua e pressupõem uma negação, isso porque só é necessário afirmar uma identidade porque não se é outra coisa. Na afirmação “sou brasileiro”, só é preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não o são. Sendo assim, essa declaração “[...] faz parte de uma cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferença. Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘não sou japonês’, e assim por

diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável.”<sup>vi</sup> Tadeu afirma que, numa perspectiva mais radical, os dois elementos não são penas mutuamente determinados, mas sim, que a diferença viria em primeiro lugar, onde, dentro desse processo de produção dos dois elementos, ela estaria na origem.

Outra importante característica dessas entidades é que são decorrências de criações linguísticas, ou seja, não são elementos da natureza, mas sim criações do mundo cultural e social que são feitas por meio de atos de linguagem, assim, a identidade e a diferença precisam ser nomeadas: “É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. A definição da identidade brasileira, por exemplo, é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais.”<sup>vii</sup> Mas a linguagem não é fixa, ela possui indeterminações e instabilidades, que também marcarão a identidade e a diferença. Ainda usando o mesmo exemplo, Tadeu da Silva afirma:

A identidade "ser brasileiro" não pode, como vimos, ser compreendida fora de um processo de produção simbólica e discursiva, em que o "ser brasileiro" não tem nenhum referente natural ou fixo, não é um absoluto que exista anteriormente à linguagem e fora dela. Ela só tem sentido em relação com uma cadeia de significação formada por outras identidades nacionais que, por sua vez, tampouco são fixas, naturais ou predeterminadas.<sup>viii</sup>

Essas duas entidades são relações sociais e isso significa que suas definições estão sujeitas

a relações de poder, “elas não são simplesmente definias; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente; elas são disputadas”. Desta maneira, a identidade e a diferença são objeto de disputa entre grupos sociais que possuem forças diferentes com relação ao poder, é uma disputa por recursos simbólicos e materiais da sociedade, é um embate pela garantia de acesso aos bens sociais: “A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.”<sup>ix</sup>

Assim, firmar a identidade significa demarcar fronteiras, definir o que fica dentro e o que fica fora, configurando uma operação de inclusão e de exclusão onde há uma forte separação entre “nós” e “eles”:

Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marca das por relações de poder.<sup>x</sup>

Essa divisão entre “nós” e “eles” significa classificar, hierarquizar, é uma tarefa de atribuição de diferentes valores (sempre assimétricos) aos grupos classificados, onde um é sempre privilegiado recebendo um valor positivo.

Mas, como já pontuado, as identidades e as diferenças não são estanques; além de serem

criações linguísticas, que são estruturas instáveis, há movimentos que agem complicando e subvertendo a identidade, como o ato de “cruzar fronteiras”, que pode ser compreendido tanto quanto um cruzamento literal quanto “mover-se livremente entre territórios simbólicos de diferentes identidades”. Esse ato coloca em questão a própria estabilidade da identidade, “é nas próprias linhas de fronteira, nos limiares, nos interstícios, que sua precariedade se torna mais visível.”<sup>xi</sup>

Essas reflexões de Tomáz Tadeu da Silva sobre a identidade, dentro das ressalvas já pontuadas, nos ajudarão a compreender as maneiras pelas quais a História constituiu sua identidade disciplinar a partir de meados do século XIX, onde veremos que os sujeitos envolvidos neste processo buscaram definir essa identidade a partir da afirmação da cientificidade desse conhecimento, e do afastamento total da Literatura, vista aqui como “o outro”, a diferença referencial usada como parâmetro para definir “o que se é” em oposição ao que “não se é”.

A aproximação da História com a ciência ocorreu no século XIX, no contexto da Segunda Revolução Científica, momento em que o modelo de racionalidade da ciência moderna, que começou a se formar no século XVI, foi adotado pelas ciências sociais, constituindo um marco para que se possa falar em um modelo global de racionalidade científica.<sup>xii</sup> Até então, a história esteve ligada às *belle-lettres*, onde seus escritores eram amadores, geralmente aristocratas, capazes de levar à cabo suas

pesquisas com seus próprios recursos. Esses historiadores, que escreviam de seus gabinetes, e não em instituições universitárias, historiavam para o amplo público letrado. Eram textos impregnados de “floreios literários”, que não tinham como propósito contribuir com um “tijolinho” para a edificação do grande edifício da História – metáfora comumente utilizada no contexto da disciplinarização sobre a construção do conhecimento histórico –, mas sim, para trazer lições aos seus leitores a partir das experiências e da ação dos “grandes homens” do passado.<sup>xiii</sup> Além disso, percebiam-se como encarregados da responsabilidade social de serem juízes dessas ações e dos eventos pretéritos.<sup>xiv</sup> Esses historiadores amadores

245

continuaram a produzir narrativas sobre o passado, mas gradualmente foram perdendo espaço para os profissionais formados em instituições de ensino superior. As mudanças pelas quais a História passou naquele momento estão ligadas ao já mencionado movimento de modernização das universidades e divisões de amplas áreas do conhecimento em disciplinas autônomas; sua elevação à categoria de conhecimento científico relaciona-se ao contexto de construção de identidades-nacionais no Velho Mundo e Estados Unidos, onde a História vinha com o objetivo de dar um passado comum aos cidadãos de uma mesma nação, assim como um futuro a ser construído em conjunto.<sup>xv</sup>

O historiador Hayden White, que se debruçou por parte de sua vida sobre as



transformações pelas quais a historiografia passou para tornar-se um conhecimento acadêmico disciplinado, refletindo sobre seus decorrentes desdobramento sociais, escreveu em “*The Politics of Historical Interpretation*” que a transformação de campos de estudos em ciências sociais e humanas (mas no texto pensa em especial a História), teve por trás de si políticas de interpretação, uma vez que afirma que não existem interpretações desinteressadas, sem implicar interesses políticos ocultos.<sup>xvi</sup>

A História tornou-se uma disciplina sem ter alcançado uma arregimentação teórica e metodológica característica das ciências físicas, não podendo converter-se em “verdadeira ciência” (assim como as ciências humanas em geral), por ter como objeto o ser humano, a sociedade e a cultura, impossíveis de serem explicados através de leis causais, como ocorre nas ciências físicas. Incapacitado de garantir uma *explicação*, o historiador oferece uma *interpretação*, sendo a narração a maneira como realiza essa interpretação, ao mesmo tempo em que a representa. Essa vinculação entre interpretação, narração e compreensão proporciona a base teórica para considerar os estudos históricos como uma disciplina diferente, onde a demanda pela cientificização foi formulada por positivistas e marxistas.<sup>xvii</sup> Esses grupos, com naturezas ideológicas distintas, demandavam a transformação dos estudos sobre o passado com a finalidade de promover uma política progressista: liberal no caso de um, radical no caso do outro. Em uma época

caracterizada por conflitos entre representantes de diversas posições políticas, cada uma delas apoiada em uma narrativa mestra do processo histórico que autorizada suas pretensões de realismo, fazia muito sentido construir uma disciplina especificamente histórica,

*El aspecto político de este esfuerzo analítico consistió en oponer una conciencia histórica adecuadamente disciplinada al pensamiento utópico en todas sus modalidades (religiosas, sociales y, sobre todo, políticas). La combinación de ambos aspectos de la disciplinización de la historia tuvo por efecto permitir que el tipo de conocimiento histórico producido por los historiadores profesionales sirviese de norma de realismo en el pensamiento y la acción políticos generales.<sup>xviii</sup>*

Desta maneira, a base para a História ser considerada uma disciplina digna de ser ensinada 246 nas universidades partiu de uma politização do conhecimento histórico. A disciplinarização ocorreu em meio ao período moderno, a serviço de valores e regimes antirrevolucionários e conservadores, trazendo benefícios ideológicos à burguesia por conta de sua decorrente autoridade como conhecimento científico.<sup>xix</sup>

A disciplinarização impôs uma profunda “desretorização” às narrativas sobre o passado ao transformar a História em conhecimento científico, uma vez que a retórica estaria ligada à literatura, à imaginação, à ficção, sendo que a História, enquanto ciência, deveria encontrar suas bases nas evidências, e não na invenção.<sup>xx</sup> Isso acabaria por limitar até mesmo os objetos que poderiam ser representados narrativamente pela nascente disciplina, “*se excluyen el tipo de*

*acontecimientos que tradicionalmente se conciben en materia de la creencia religiosa y el ritual (milagros, acontecimientos mágicos, sucesos divinos), por un lado, y el tipo de acontecimientos “grotescos” que constituyen la materia de la farsa, la sátira y la calumnia, por otro*”. Desta maneira, além de atuar na disciplinarização do conhecimento histórico, a desretorização também disciplinou a imaginação histórica, pondo limites ao que constitui um acontecimento de fato histórico.<sup>xxi</sup>

A associação entre história e retórica foi profunda até meados do século XIX.<sup>xxii</sup> Em outro texto, “*Practical Past*”, White ressalta que essa forma de escrita histórica que estava estruturada retoricamente promovia o estudo do passado como um corpo de ensinamentos para a esfera pública. Neste sentido, a história até então possuía um aspecto prático muito forte que a constituía, sendo esse passado prático as noções de passado que todos carregamos e que recorreremos no cotidiano para obter informações, ideias ou modelos que nos ajudem a resolver as questões práticas do presente, tanto da vida pessoal quanto comunitária.<sup>xxiii</sup> Com a disciplinarização, o seu aspecto prático foi suprimido, fazendo com que o estudo da história fosse feito por si mesmo, “*sin ninguna motivación ulterior que no fuera el deseo de la verdad acerca del pasado (la verdad de los hechos más que la de la doctrina), y sin ninguna tendencia a extraer lecciones del estudio del pasado ni a importarlas al presente para*

*justificar acciones o programas pensados para el futuro*”.<sup>xxiv</sup>

Assim, a disciplinarização correspondeu a uma separação entre História e retórica, mas não apenas isso, também houve uma separação das *belle-lettres*, havendo uma supressão do poético, da imaginação, da criatividade, da paixão,<sup>xxv</sup> tornando a forma como se narra as etapas da pesquisa sobre o passado dura, pretensamente fiel ao que realmente aconteceu e supostamente livre da subjetividade do pesquisador, “*es el tipo de narrativa que utiliza la convención historiográfica académica (más o menos analítica, más o menos documental), la que produce un efecto de verosimilitud y de autoridad en el lector, que tiende a considerarla* **247** *como una representación objetiva de la realidad.*”<sup>xxvi</sup>

Notamos, então, que a disciplinarização, como a própria palavra sugere, tem a ver com regulações: sobre o objeto, sobre como imaginar o passado, sobre a maneira mais adequada de narrar, etc. Uma dessas regulações foi a supressão do *sublime*, fenômenos que possuem a capacidade de aterrorizar, em detrimento do *belo*, os que possuem a capacidade de encantar.<sup>xxvii</sup> Essas atitudes foram importantes para impedir impulsos de utilizar a História para justificar uma política visionária. Desta maneira, os fatos históricos se *domesticam politicamente*, se desideologizam. Os eventos históricos e processos são compreensíveis ou explicáveis, mas nunca podem servir de base para uma política visionária mais interessada em dotar a

vida social de significado do que de beleza. Assim, da História é extraído o “terrível”, que incita o ser humano a querer fazer diferente para si e para seus descendentes, uma vez que a ideia de que as coisas deveriam ser de modo diferente do que são parte do sentimento de repugnância. Como a História disciplinada está configurada de uma maneira a perdoar tudo, está apartada de qualquer vinculação a uma política visionária.<sup>xxviii</sup>

Desta maneira, o século XIX foi para a História um período de edificação de fronteiras que delimitassem e protegessem a identidade disciplinar construída. Vimos que a disciplina constituiu sua identidade a partir do afastamento e da total negação de seu aspecto literário, tendo a ciência como horizonte a ser alcançado. Como Tadeu da Silva destacou, a definição de uma identidade é uma luta entre poderes assimétricos, no nosso caso, vimos que as forças conservadoras, poder estabelecido naquele momento, foi quem ditou os parâmetros pelos quais a disciplina seria moldada em função de seus interesses políticos, impondo uma imaginação histórica onde passado e presente estariam irreversivelmente separados, sendo o passado uma narrativa de atos heroicos a serem admirados pelos cidadãos da nação, esvaziando-o de seu aspecto prático e decorrente potencial revolucionário.

Mas na busca pela ciência como horizonte, a nascente disciplina não passou apenas pela desretorização e afastamento das *belle-lettres*, ela passou também pela valorização

da objetividade no processo de escrita de textos históricos e pela aproximação das ciências naturais. Com relação à objetividade, Peter Novick sintetizou os principais elementos desta ideia como sendo a crença na realidade do passado e a verdade como correspondência dessa realidade; além disso, haveria uma separação rígida entre o sujeito e o seu objeto de conhecimento, assim como entre História e ficção. Os fatos históricos eram vistos como anteriores e independentes da interpretação: o valor de uma interpretação deveria ser julgado pelo quão bem ela prestaria contas aos fatos. Sendo assim, a verdade seria uma, e não uma questão de perspectiva.<sup>xxix</sup>

No caso dos Estados Unidos, a **248** reivindicação cientificista se deu principalmente pela apropriação do aparato teórico e conceitual das ciências naturais, em especial da teoria da evolução de Charles Darwin, que marcaria a primeira geração da História profissional naquele país, que ficou conhecida como “História Científica”. “A Origem das Espécies”, publicada em 1859, representou um impacto gigantesco no ambiente intelectual ocidental, trazendo reflexões para as diversas áreas do conhecimento além das ciências naturais, mas certamente foi nos Estados Unidos que encontrou terreno mais acolhedor.

O melhor exemplo de incorporação da teoria evolucionista na historiografia americana se encontra na *germ-theory*, corrente historiográfica bastante disseminada nesse contexto, onde defendia-se que os antecedentes



das instituições americanas poderiam ser encontrados na Alemanha feudal. A primeira geração de profissionais era bastante favorável a essa corrente teórica. Para eles, a sociedade, sendo um organismo vivo, deveria ser estudada através da busca de seus germes sociais, geradores das instituições existentes. Essa concepção vai de encontro à teoria da geração espontânea, entendendo que nenhuma instituição pode surgir do nada, sem uma raiz anterior. Sendo assim, a continuidade histórica era valorizada, sendo os povos e as instituições passíveis de serem comparados a germes biológicos que se desenvolvem.<sup>xxx</sup>

Foi a partir dessas aproximações e rupturas que foi atribuída à História uma identidade disciplinar que a separou de outras áreas do conhecimento a partir de meados do século XIX. Podemos dizer que as definições para a prática historiográfica foram amplamente aceitas entre os profissionais naquele momento, mas a escrita da História, assim como qualquer outra prática social, é levada à cabo por sujeitos heterogêneos e dotados de subjetividade, tendo sido essas determinações entendidas de maneiras diversas pelos historiadores das primeiras gerações da historiografia profissionalizada, que muitas vezes passaram por cima, criticaram e subverteram os cânones disciplinares, demonstrando que, mesmo nos primeiros anos de disciplina, sua identidade e suas fronteiras foram alvo de embates, disputas e questionamentos por sujeitos que, mesmo tendo pontos de vista diversos, tinham em comum a

vontade de ver a disciplina vigorar, sendo cada vez mais hábil em explicar o funcionamento da sociedade.

### **Nova História, uma sutil insurgência**

Nem todos os historiadores profissionais do período anterior à Primeira Guerra aceitaram a ortodoxia científica.<sup>xxxi</sup> Nestes anos, várias novas tendências surgiram na profissão historiadora. Alguns historiadores defenderam a ampliação do escopo da disciplina para incluir aspectos sociais, econômicos e intelectuais, uma vez que compreendiam que até então a disciplina vinha se preocupando somente com aspectos políticos e constitucionais da sociedade. Além disso, houve um movimento de questionamento da separação total entre História e Ciências Sociais. Através da análise de discursos proferidos pelos presidentes da *American Historical Association* durante as cerimônias de abertura dos encontros da associação, teremos a possibilidade de perceber como historiadores das primeiras gerações da profissionalização estavam pensando as limitações que surgiam na prática da historiografia disciplinada.

A Nova História, afirma John Higham, surgiu como um espírito de ataque à geração anterior da História Científica, mas que, olhando retrospectivamente, é possível perceber claramente que este ataque teve um caráter superficial, “Os dissidentes eram tão amplamente um produto da ortodoxia que eles queriam mudar, que não perceberam o quanto aceitavam

seus princípios básicos”<sup>xxxii</sup>. Esse movimento foi uma tentativa de resposta às críticas à ortodoxia científica vindas tanto do público leigo quanto dos cientistas sociais, que percebiam um declínio da consciência histórica na cultura americana e um isolamento dos profissionais da esfera pública.<sup>xxxiii</sup> O primeiro grupo acusava a História profissional de ser ilegível, uma vez que o vocabulário científico comprometia a qualidade literária dos textos históricos; o segundo questionava sua cientificidade pela incapacidade que vinha tendo até então de encontrar regularidades ou leis na História, já que insistia em apegar-se à singularidade dos fatos.<sup>xxxiv</sup> Além disso, as ciências sociais concentravam-se em questões contemporâneas, representando uma relevância social. A História era criticada pelo seu isolamento das questões pungentes, já que o passado era estudado por ele mesmo.

Com relação à primeira crítica, alguns historiadores buscaram encontrar soluções para o problema da maneira como os resultados das pesquisas eram narrados, sugerindo uma reaproximação entre História e Literatura. Entre eles se encontram Theodore Roosevelt<sup>xxxv</sup>, ex-presidente dos EUA e Albert Bushnell Hart<sup>xxxvi</sup>. Roosevelt afirmou categoricamente o caráter literário da História, mas sem negar sua cientificidade. Presidente da associação em 1912, proferiu um discurso intitulado “*History as Literature*”. Em seu texto, afirmou que muito se discutia sobre a natureza deste conhecimento, e que o problema estava no fato de a ciência exigir a exclusividade do campo.<sup>xxxvii</sup>

Para o historiador, a apresentação das pesquisas em forma de escrita não poderia ser puramente emocional pois isso comprometeria sua veracidade, mas por outro lado, os historiadores vinham sacrificando toda a “cor” de suas narrativas, como se a imaginação fosse incompatível com a verdade. Mas a História também precisaria possuir poder imaginativo, o que não colocaria necessariamente em risco sua exatidão, pelo contrário, uma apresentação real só poderia ser feita com imaginação:

O poder imaginativo exigido por um grande historiador é diferente daquele exigido por um grande poeta; mas não é menos evidente. Tal poder imaginativo não é, de forma alguma, incompatível com a exatidão minuciosa. Pelo contrário, a apresentação do passado precisa, real e vívida, só pode vir de alguém em quem o dom imaginativo é forte.<sup>xxxviii</sup>

250

A imprecisão só viria de uma imaginação distorcida, por isso o grande historiador deveria ser mestre na ciência histórica, mas, além da imaginação e dos conhecimentos técnicos, o historiador deveria possuir poder de expressão para devolver à vida o que está morto: “O melhor historiador literário deve necessariamente ser um mestre na ciência da história, um homem que tem na ponta de seus dedos todos os fatos acumulados das tesourarias do passado morto. Mas ele também deve possuir o poder de ordenar o que está morto, para que, diante de nossos olhos, ele viva novamente”.<sup>xxxix</sup>

Para Roosevelt, a utilização da imaginação na escrita da História seria essencial para que esta cumprisse sua função social de

construção da cidadania, uma vez que a História só teria utilidade se fosse lida e ela não seria lida a menos que fosse agradável. Além disso, constatou que a educação vinha se tornando cada vez mais técnica para responder às necessidades práticas; a mesma coisa vinha ocorrendo com a História, que possuiria lições puramente práticas para a resolução de problemas sociais e industriais imediatos, mas essas necessidades não deveriam excluir o conhecimento histórico literário:

[...] se formos sábios, não permitiremos mais que esse treinamento prático exclua o conhecimento daquela parte da literatura que é histórica daquela parte da literatura que é poesia. Lado a lado com a necessidade da perfeição do indivíduo na técnica de sua vocação especial, existe a necessidade de uma ampla compaixão humana e a necessidade de uma emoção elevada e generosa nesse indivíduo. Só assim a cidadania do estado moderno pode elevar-se às complexas necessidades sociais modernas.<sup>xl</sup>

Assim, esse conhecimento não seria utilitário, ele seria inconscientemente didático, possuindo a forma mais elevada de utilidade: “[...] o poder de emocionar as almas dos homens com histórias de força, habilidade e ousadia, e de tirá-las de seus *eus* comuns para o auge de seu grande empenho”.<sup>xli</sup>

Albert Bushnell Hart, amigo íntimo de Roosevelt, também tratou da imaginação em seu discurso proferido em 1909, “*Imagination in History*”, mas tratou a questão de uma maneira diferente. Hart afirmou que o tempo em que viviam seria tomado pela imprecisão, disseminada por todas as áreas, não ficando a

História isenta, de maneira que, se os mortos voltassem, não se reconheceriam no que era dito sobre eles. Para o historiador, o problema que afetava a exatidão seria justamente a imaginação, “O problema de muitos historiadores de grande reputação e que têm uma série de leitores é aquele que destrói a exatidão – a imaginação”,<sup>xlii</sup> e afirmou que seria necessário reassegurar o caráter científico da História:

É dever de um corpo sóbrio e estudioso como o da American Historical Association enfatizar o caráter estritamente científico da história, enfatizar os princípios fixos da pesquisa, alertar o mundo contra as consequências do estudo e da escrita incorretos da história. O remédio é uma questão de método, processo e ponto de vista. Existe alguma maneira de tornar a história verdadeira, além de libertá-la de toda a imaginação?<sup>xliii</sup>

251

Mas, por mais que o perigo residisse na imaginação, esta seria necessária para que o historiador conseguisse com que o leitor visse como ele vê, o problema estaria na imaginação que inventa ou deturpa a verdade:

O risco do historiador está na imaginação, isto é, no tipo de imaginação que inventa detalhes ou se apega aos sem importância, ou os combinam em quadros que são apenas exteriores; que nada nos dizem da agitação e movimento das almas humanas, do choque das vontades humanas, do pensamento da consciência nacional. Existe outro tipo de imaginação que funciona de dentro para fora; a que faz o leitor ver como o historiador vê o real caráter dos homens; que adivinha seus impulsos; que, permitindo a fraqueza humana e pela pressão de circunstâncias adversas, nos informa se este ou aquele homem, este ou aquele povo, esta ou aquela época, este ou aquele padrão, levou adiante a civilização, abriu as comportas para o pensamento, libertou as almas. Não há grande história sem grande

imaginação, assim como não há pintura ou, por falar nisso, descoberta científica.<sup>xliv</sup>

Nestes dois casos podemos perceber que há uma defesa da imaginação, um chamado pela reaproximação da Literatura, mas podemos notar que em momento algum os historiadores colocam em xeque a natureza científica da História, que aparece como dada, deixando claro, como apontou John Higham, a “leveza” dessa “insurgência”: a escrita da História é percebida como mera questão de estilo; ela é uma aproximação interdisciplinar, mas a mudança narrativa não afeta as características científicas intrínsecas da disciplina.<sup>xlv</sup> Fica evidente que há, aqui, uma separação entre método de investigação e método de apresentação, onde a deficiência se encontraria apenas na forma.<sup>xlvi</sup>

A crítica vinda das ciências sociais, que colocava em questão a cientificidade da História pela ausência de grandes sínteses, assim como a sua relevância social por conta do fechamento em si mesma, gerou mais desconforto entre os profissionais, colocando muitos historiadores em uma postura defensiva, sendo comum a argumentação de que o objetivo da História seria o de encontrar a verdade dos fatos, sendo as interpretações e sínteses objeto dos filósofos.<sup>xlvii</sup> Mas alguns historiadores acolheram as ponderações, iniciando um movimento leve de reforma. Uma tentativa de resposta à questão da abstenção da disciplina com relação às questões do presente foi o que ficou conhecido pejorativamente como “presentismo”, havendo

uma deliberada tentativa de subordinação do passado ao presente, sendo as questões pungentes norteadoras das pesquisas.<sup>xlviii</sup>

Essa questão perpassou o discurso de Frederick Jackson Turner<sup>xlix</sup>, presidente em 1910, intitulado “*Social Forces in American History*”, que afirmou que a observação das condições atuais ajudaria no estudo do passado. Em seu texto, o historiador afirmou que cada geração olha para o passado a partir de questões contemporâneas:

É uma crença familiar que cada época estuda sua história novamente e com interesses determinados pelo espírito da época. Cada época acha necessário reconsiderar pelo menos algumas partes do passado, a partir de pontos de vista fornecidos por novas condições que revelam a influência e o significado de forças não adequadamente conhecidas pelos historiadores da geração anterior. Inquestionavelmente, cada pesquisador e escritor é influenciado pelos tempos em que vive e, enquanto isso, expõe o historiador a um viés, ao mesmo tempo em que lhe oferece novos instrumentos e novos insights para lidar com o assunto.<sup>l</sup>

Assim, a História recente daria um novo significado aos eventos passados, sendo importante o estudo do presente e do passado recente como fonte de novas hipóteses e novas linhas de investigação. Além disso, muitos dos processos investigados por gerações anteriores haviam continuado em desenvolvimento após o fim das pesquisas, e com o passar do tempo, acabaram tendo outros desdobramentos.<sup>li</sup> Turner se preocupava com o futuro de seu país e suas instituições após todas as mudanças ocorridas entre meados do século XIX e início do XX, por

esse motivo, foi considerado como sendo um historiador presentista.<sup>lii</sup> Mas o ponto central de seu discurso não foi o presentismo, mas outro muito caro aos novos historiadores: a aproximação entre História e suas disciplinas irmãs, assim como as ciências naturais haviam feito para compreender de maneira mais completa o mundo físico.

No texto, Turner afirmou que muitas mudanças vinham ocorrendo em seu país nos últimos anos, constituindo uma verdadeira revolução: fim de uma linha de fronteira, massiva industrialização, aumento da produção agrícola, chegada de grandes levas de imigrantes, crescimento do capital americano e concentração de renda, formação de monopólios, etc. Desta maneira, demonstrou que havia um complexo de forças atuando na sociedade e que os fatores que agiam no desenvolvimento histórico seriam múltiplos. Neste sentido, o entendimento completo desse movimento não poderia ser alcançado utilizando apenas um método de investigação:

Obviamente, ao tentar indicar mesmo que seja uma parte das características significativas de nossa história recente, fomos obrigados a perceber um complexo de forças. Os tempos estão tão próximos que as relações entre eventos e tendências se impõem à nossa atenção. Precisamos lidar com as conexões entre geografia, crescimento industrial, política e governo. Devemos levar em consideração a composição social em mudança, as crenças herdadas e atitudes habituais das pessoas, a psicologia da nação e das seções em separado, bem como dos líderes. Precisamos ver como esses líderes são moldados, em parte pelo seu tempo e seção, e como eles são em parte originais e criativos, em virtude

de sua própria genialidade e iniciativa. Não podemos negligenciar as tendências morais e os ideais. Todas são partes relacionadas da mesma questão e não podem mais ser adequadamente entendidas isoladamente do movimento como um todo, que não pode ser entendido negligenciando alguns desses fatores importantes, ou pelo uso de um único método de investigação.<sup>liii</sup>

Assim, o Turner fala o que cabe ao historiador fazer: antes de tentar descobrir se a História requer uma explicação econômica, ou psicológica, ou qualquer que seja, ele deveria reconhecer que os fatores na sociedade são variados e complexos e por isso não poderiam ser analisados de forma isolada.<sup>liv</sup> O pesquisador chegaria a uma visão mais ampla familiarizando-se com suas disciplinas irmãs:

253

O economista, o cientista político, o psicólogo, o sociólogo, o geógrafo, os estudantes de literatura, de arte, de religião - todos os trabalhadores aliados no estudo da sociedade - têm contribuições para a aparelhagem do historiador. Essas contribuições são em parte materiais, em parte de ferramentas, em parte de novos pontos de vista, novas hipóteses, novas sugestões de relações, causas e ênfases. Cada um desses estudantes corre algum risco de parcialidade por seu ponto de vista particular, por sua exposição para ver simplesmente a coisa na qual lhe interessa especificamente, e também por seu esforço para deduzir as leis universais de sua ciência separada. O historiador, por outro lado, está exposto ao perigo de lidar com as complexas e interativas forças sociais de um período ou de um país, de um único ponto de vista para o qual sua educação ou interesse especial o inclinam.<sup>lv</sup>

Assim como Turner, Theodore Roosevelt, no discurso já abordado, mencionou, mesmo que de maneira superficial, a questão da colaboração entre disciplinas, que percebia como



importante para o avanço do conhecimento sobre a sociedade: “Cada ciência ou disciplina é sempre dependente de outras ciências e disciplinas. Ela obtém sua vida delas, e a elas deve, consciente ou inconscientemente, grande parte de suas chances de progresso”.<sup>lvi</sup>

Mas esses elogios às ações interdisciplinares não foram proferidos por todos os historiadores dessa geração, isso porque esses movimentos representaram tendências de um período que acabaram se destacando, mas que não foram adotadas ou aceitas pela totalidade dos profissionais. Um exemplo disso é o de George Burton Adams<sup>lvii</sup> que, em 1908, em seu discurso “*History and Philosophy of History*”, falou com desprezo sobre o nascimento de novas ciências que seriam ramificações da História e que considerava serem linhas de ataque à nossa disciplina: a ciência política, a geografia, a economia, a sociologia e a psicologia social, cada uma dessas buscando explicar, através da ciência, o desenvolvimento histórico a partir de sua perspectiva,

Não importa que disfarce possa ser usado em um determinado caso, não importa qual seja o nome pelo qual um determinado grupo opte por se chamar, não importa quão pequeno, na imensidão de influências que fazem o todo, pode ser a força na qual encontrariam a explicação final da história, a afirmação enfática que todos eles fazem é a de que a história é a progressão ordenada da humanidade para um fim definido, e que podemos conhecer e declarar as leis que controlam as ações dos homens na sociedade organizada. [...] Todos eles parecem olhar com um desprezo mais ou menos bem-encoberto sobre o historiador, e considerar seu próprio trabalho como de um tipo superior, mais verdadeiramente científico e

mais próximo do caráter final do que o nosso.<sup>lviii</sup>

O historiador argumentava que esses ataques seriam resultados dos avanços científicos das décadas anteriores que não haviam conseguido trazer consigo um sentido à História, uma filosofia da história:

Os homens que fizeram da compilação e preservação dos registros das ações passadas da raça suas ocupações especiais, que reivindicariam para si mesmos um direito peculiar ao título de historiadores, não se preocuparam com os resultados finais. Se adicionarmos à ideia da filosofia da história, como deveríamos, a ideia relacionada da ciência da história, para incluir o processo e o resultado, incluir a questão da operação do direito na história, o fato é o mesmo.<sup>lix</sup>

Para Adams, a saída estaria na própria **254** História, que não deveria ignorar esse movimento. O trabalho do historiador deveria continuar a ser o de estabelecer o que realmente aconteceu, mas isso não excluiria uma filosofia da história, isso porque, partindo de um poema de Browning, afirma que Deus nos concedeu duas visões, uma do plano completo do tempo e outra do trabalho do minuto, sendo a primeira a filosofia da história, e a segunda, o trabalho diário de investigação longa e correta sobre a ciência da História.<sup>lx</sup>

Entre os discursos dos presidentes da AHA simpáticos à Nova História, houve chamados para novos olhares sobre o passado, valorizando aspectos sociais, econômicos, culturais, etc., com a finalidade de ir além da tradicional história política e militar: “[...] A ‘Nova História’

propunha-se a ampliar ao máximo o escopo da atividade histórica. Os evolucionistas ortodoxos, com sua obsessão institucionalista, tinham se limitado às dimensões políticas (ou político-jurista), diplomáticas e militares, mas a ‘Nova História’ incluía ‘cada traço e vestígio de tudo o que o homem fez ou pensou desde que ele apareceu sobre a terra’.<sup>lxvi</sup>

O discurso mais relevante neste sentido foi o de John Franklin Jameson<sup>lxvii</sup>, proferido em 1907, “*The American Acta Sanctorum*”. Jameson afirmou que a história religiosa seria o melhor meio para se conhecer o caráter americano e sua história social, além de ser uma alternativa à história política e militar.<sup>lxviii</sup> O historiador argumentou sobre a riqueza encontrada nos *Acta Sanctorum* medievais, que haviam possibilitado aos historiadores descobrir diversos aspectos da vida secular.<sup>lxix</sup> De igual forma, sobre os “santos protestantes” americanos também houve produção desse tipo de documento, com algumas diferenças em forma e caráter. Como no caso europeu, esses santos também se envolveram em assuntos públicos, lançando luz a movimentos seculares.<sup>lxx</sup>

As narrativas de vidas de santos seriam as fontes mais ricas para o historiador que buscasse compreender mais amplamente a vida social americana, já que permitiriam uma visão dos americanos de todas as classes, períodos e regiões, diferentemente de outras fontes, como a literatura e a música,

Aquele que quiser entender a América do passado e do presente, e para esse fim se prover com dados que representem todas as classes, todos os períodos e todas as regiões, encontrará na história da religiosidade americana a abordagem mais aproximada para os registros contínuos que deseja. Nem todos os americanos têm sido religiosos, mas houve homens e mulheres religiosos em todas as classes, todos os períodos, todas as subdivisões da América, e multidões deles deixaram registros individuais ou coletivos de seus pensamentos e sentimentos. Milhões tiveram interesse em religião, enquanto milhares se interessaram por literatura ou filosofia, em música ou arte. Milhões têm um dos livros mais interessantes entre livros, o mais influente, o mais poderoso para moldar e transformar.<sup>lxxi</sup>

Os novos historiadores corresponderam a uma minoria dentro da comunidade histórica e tiveram uma pequena representatividade na sua associação nos primeiros anos do século XX, mas exerceram uma significativa influência na historiografia do país, tendo participado ativamente em associações locais e periódicos especializados, assim como orientado dezenas de futuros historiadores. Desta maneira, nos anos que se seguiram ao princípio do movimento, houve um crescimento em pesquisas interdisciplinares e preocupadas com o cotidiano das pessoas comuns.

Peter Novick caracterizou este movimento como uma “leve insurgência”, uma vez que nenhum dos movimentos de mudança anteriores à Primeira Guerra desafiou diretamente a norma predominante de objetividade.<sup>lxxii</sup> John Higham afirma que os novos historiadores aceitaram o mesmo conceito de objetividade dos historiadores científicos do século XIX. Para eles, os interesses do presente determinariam os

aspectos do passado que mereceriam atenção, mas os fatos objetivos descobertos pelos pesquisadores seria o que determinaria as conclusões.<sup>lxviii</sup> Neste sentido, não houve uma tentativa de emancipação da História com relação à ciência, pelo contrário, a Nova História constitui uma tentativa dos historiadores de impedir o repúdio da ciência à História,<sup>lxix</sup> e isso fica evidente no texto “*The New History*” de James Harvey Robinson, que seria presidente da associação em 1929:

O tipo de história adequado, cujo valor prático devemos tentar estimar e que, por conveniência, podemos chamar de “nova” história, é científico em seus métodos, exigente em relação às deduções que faz a partir de seu material; rejeita explicações sobrenaturais e uma concepção antropocêntrica do universo; estuda, de preferência, os animais normais e duradouros, em vez dos inferiores, muitos dos quais compartilham traços psicológicos; reconhece que o homem viveu na Terra não apenas por cinco mil anos, mas talvez por quinhentos mil anos; ela se vale, quando totalmente a par do tempo, de todas as sugestões e críticas que são contribuições constantemente das ciências recém desenvolvidas da antropologia, psicologia comparativa, social e funcional, religião comparada, etc. Em grande parte, pela atitude mental do historiador moderno, que percebe as mudanças pelas quais sua área passou durante os últimos cinquenta ou sessenta anos.<sup>lxx</sup>

As questões levantadas pelos novos historiadores, por mais que não tenham abalado as estruturas da disciplina, serviriam de base ao “Relativismo Histórico” que surgiria após a Primeira Guerra Mundial, no esteio do impacto social do conflito, onde o pessimismo gerado pela guerra e a desconfiança com relação ao

governo colocariam em questão a crença no progresso e na possibilidade de objetividade do conhecimento histórico, ou seja, colocariam de fato em questão os pilares sobre os quais a identidade da disciplina havia sido construída.<sup>lxxi</sup>

## Conclusão

Uma das principais funções da História é historicizar o mundo, demonstrando que as coisas nem sempre foram da maneira como conhecemos. No caso do campo da história da historiografia, ele demonstra que nossa área de atuação também possui uma história; que a maneira como nos relacionamos com o passado, uma imaginação disciplinada, feita a partir de instituições acadêmicas, é fruto de contingências específicas, e que a sua identidade disciplinar, ao contrário de ser algo natural e imutável, é constituída por fronteiras que foram escolhas de sujeitos de um contexto, e que, por mais aceitos que os cânones tenham sido, esses mesmos sujeitos, em suas diferenças e dotados de subjetividade, burlaram, questionaram e debateram os limites dessas fronteiras e suas regras.

A questão da interdisciplinaridade vem se tornando uma discussão cada vez mais presente no ambiente acadêmico, uma vez que os pesquisadores têm consciência da natureza complexa da sociedade e da importância da cooperação entre as diferentes áreas do conhecimento para dar conta dessa complexidade. Com este artigo, buscamos

demonstrar que, diferentemente do que muitas vezes pensamos ao olhar para questões que são postas em pauta na nossa disciplina, este é um debate antigo, onde mesmo nos primeiros anos de História disciplinada, onde à primeira vista a disciplina era um campo de consenso, já haviam preocupações sobre a capacidade deste conhecimento de explicar devidamente a sociedade, e desde os primeiros anos, já se falava em interdisciplinaridade.

Foi o caso dos novos historiadores americanos da primeira década do século XX que, preocupados com as críticas que a disciplina vinha recebendo sobre seu fechamento em si mesma, afastamento das questões pungentes da sociedade e inacessibilidade de sua narrativa pelos leitores não profissionais, propuseram mudanças na prática disciplinada que dessem conta de responder essas questões. As sugestões dadas pelos novos historiadores ficaram no âmbito das aproximações interdisciplinares, onde o problema da falta de acesso do público comum aos textos de História se resolveria através de uma aproximação entre História e Literatura, e o problema da incapacidade da História em atuar nas questões atuais seria resolvido através de uma aceitação do olhar do presente ao se pesquisar o passado e da interdisciplinaridade com as disciplinas irmãs.

Desta maneira, fica evidente que o posicionamento desses historiadores não foi revolucionário, isso porque não propuseram alterações nas estruturas disciplinares, não colocaram em questão os elementos constitutivos

da identidade da disciplina, muito pelo contrário: ao defenderem aproximações interdisciplinares, reafirmaram as identidades postas, respeitaram as fronteiras estabelecidas, permitindo apenas que suas cancelas fossem abertas para possibilitar intercâmbios muito bem monitorados.

## REFERÊNCIAS

DECCA, Edgar & DECCA, Mauro. Carl Becker. In: MALERBA, Jurandir (org). **Lições de História: Da história científica e crítica da razão metódica no limiar do século XX.** Porto Alegre: PUCRS, 2013.

GOULD, Stephen Jay. **Ever Since Darwin.** Toronto: Penguin Books, 1991.

HIGHAM, John. **History: Professional Scholarship in America.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983.

HOFSTADTER, Richard. **Social Darwinism in American Thought.** Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1955.

HOFSTADTER, Richard & METZGER, Walter P. **The Development of Academic Freedom in the United States.** New York: Columbia University Press, 1955.

KOSELLECK, Reinhart. **História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento.** In. Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015, pp. 41-60.

257

- MEGILL, Allan & McCLOSKEY, Donald N. The Rhetoric of History. In: **The Rhetoric of the Human Sciences** (Ed. by NELSON, John S.). Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1987. pp. 221 – 238.
- MIGUEL, Aitor Bolaños de. Experimentos historiográficos postmodernos (3): diálogos entre la novela y la historia. **Revista História e Historiografia**, n. 16, dezembro de 2014.
- MOURA, Gerson. **História de uma História**. São Paulo: Edusp, 1995.
- MUDROVICIC, Maria Inés. La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como síntoma. Buenos Aires: **Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades**, 2012.
- NOVICK, Peter. **That Noble Dream – The “Objectivity Question” and the American Historical Profession**. Cambridge: University Press, 2005.
- PETERSEN, Silvia. História e multidisciplinariedade: territórios e deslocamentos. In.: **A História e seus territórios**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2008, pp.25-48.
- ROBINSON, James Harvey. The New History. In.: **Proceedings of the American Philosophical Society**, Vol. 50, No. 199 (May - Aug.,1911), pp. 179-190 Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/984033> acesso em: 04/09/2018.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In.: **Estudos Avançados**, vol. 2 no. 2, São Paulo, May/Aug., 1988.
- SILVA, Tomáz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- TOWNSEND, Robert B. **History’s Babel: Scholarship, Professionalization, and the Historical Enterprise in the United States, 1880–1940**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In.: **Três Tipos de Poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/weber\\_a\\_ciencia\\_como\\_vocacao.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/weber_a_ciencia_como_vocacao.pdf), acesso em: 13/08/2018.
- WHITE, Hayden. La Política de la Interpretación Historica. In: **El Contenido de la Forma: Narrativa, discurso y representación histórica**. Barcelona: Editorial Paidós, 1992, pp. 76-77.
- WHITE, Hayden. **Pasado Practico**, 2013. Acesso em 22/11/2017. <https://pt.scribd.com/document/164508558/WHITE-PASADO-PRACTICO>

#### FONTES CITADAS

- ADAMS, George Burton. History and the Philosophy of History. In.: **The American Historical Review**, Vol. 14, No. 2 (Jan., 1909), pp. 221-236. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/1832655.pdf?ref>



reqid=search%3A8eef5da40caff84e831eda759fc  
5be28 acesso em: 20/09/2018.

HART, Albert Bushnell. *Imagination in History*.  
In.: **The American Historical Review**, Vol. 15,  
No. 2 (Jan., 1910), pp. 227-251 Disponível em:  
<https://www.jstor.org/stable/pdf/1838332.pdf?refreqid=search%3A3900dbb1debc5cc949e24af0b47e6da4> Acesso em: 20/09/2018.

JAMESON, John Franklin. *The American Acta  
Sanctorum*. In. **The American Historical  
Review**, Vol. 13, No. 2 (Jan., 1908), pp. 286-  
302. Disponível em:  
<https://www.jstor.org/stable/pdf/1832616.pdf?refreqid=search%3A82c80697118930c43cd4e691d7f1f4fe> acesso em: 20/09/2018

ROOSEVELT, Theodore. *History as Literature*.  
In.: **The American Historical Review**, Vol. 18,  
No. 3 (Apr., 1913), pp. 473-489 Disponível em:  
<https://www.jstor.org/tc/verify?origin=%2Fstable%2Fpdf%2F10.2307%2F1835502.pdf%3Frefreqid%3Dsearch%253Aabc3f217f3a61f753a58d393c04bb35f7> Acesso em: 20/09/2018.

TURNER, Frederick Jackson. *Social Forces in  
American History*. In.: **The American  
Historical Review**, Vol. 16, No. 2 (Jan., 1911),  
pp. 217-233 Disponível em:  
<https://www.jstor.org/stable/pdf/1862991.pdf?refreqid=search%3Ad8665622d1e228441a15cc153c17a415> acesso em: 20/09/2018.

## NOTAS

<sup>i</sup> Possui Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atualmente cursa Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde desenvolve pesquisa na área de História da Historiografia.

<sup>ii</sup> Isso faz parte de um processo de secularização, ou como chamou Max Weber, de desencantamento do mundo, onde, desde o advento das ciências, há uma busca por compreender o mundo sem considerar a ação de forças ocultas. Para Weber, o desencantamento significa “o saber ou a crença em que, se alguém simplesmente quisesse, poderia, em qualquer momento, experimentar que, em princípio, não há poderes ocultos e imprevisíveis, que nela interfiram; que, pelo contrário, todas as coisas podem – em princípio – ser dominadas mediante o cálculo”. Mas isso não significa um maior conhecimento sobre as condições da vida, pelo contrário, há um conhecimento sobre o funcionamento técnico do mundo, mas esse conhecimento não traz respostas sobre qual seria o sentido da existência. WEBER, Max. *A ciência como vocação*. In.: *Três Tipos de Poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

<sup>iii</sup> HOFSTADTER, Richard & METZGER, Walter P. *The Development of Academic Freedom in the United States*. New York: Columbia University Press, 1955

<sup>iv</sup> A AHA foi fundada em 1884 por um grupo de historiadores que buscava construir um local de diálogo e de troca de materiais entre os pesquisadores daquela área. Ela surgiu em um contexto onde centenas de outras associações profissionais eram criadas por conta das diversas disciplinizações e profissionalizações que ocorriam nos Estados Unidos. Um fato interessante sobre a associação é que, em suas primeiras décadas, os seus presidentes não eram profissionais, mas sim pessoas politicamente influentes que se interessavam por pesquisas sobre o pretérito. Isso não ocorreu à toa, mas foi sim uma estratégia de consolidação da associação. Apenas após 1907, quando o historiador John Franklin Jameson assumiu o cargo, é que ele passaria a ser ocupado eminentemente por profissionais.

<sup>v</sup> TOWNSEND, Robert B. *History's Babel: Scholarship, Professionalization, and the Historical Enterprise in the United States, 1880–1940*. Chicago, The University of Chicago Press, 2013. Pp.14

<sup>vi</sup> SILVA, Tomás Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In. *Identidade e Diferença* p.75

<sup>vii</sup> Idem, *ibidem*. pp.76-77

<sup>viii</sup> Idem, *ibidem*. pp.80

<sup>ix</sup> Idem, *ibidem*. pp.81

<sup>x</sup> Idem, *ibidem*. pp.82

<sup>xi</sup> Idem, *ibidem*. pp.88-89

<sup>xii</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In.:

*Estudos Avançados*, vol. 2 no. 2. São Paulo, May/Aug. 1988, pp. 48.

<sup>xiii</sup> Sobre a crença no passado como provedor de lições para as ações no presente, ver KOSELLECK, Reinhart. *História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In. Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2015. Pp.41-60

<sup>xiv</sup> HIGHAM, John. *History: Professional Scholarship in America*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1983. Pp.3

<sup>xv</sup> MUDROVICIC, Maria Inés. *La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como síntoma*. Buenos Aires: *Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades*, 2012. pp.25

<sup>xvi</sup> WHITE, Hayden. *La Política de la Interpretación Histórica*. In: *El Contenido de la Forma: Narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona, Editorial Paidós, 1992. Pp.76-77

<sup>xvii</sup> Idem, ibidem. pp.77-78

<sup>xviii</sup> Idem, ibidem. pp.79

<sup>xix</sup> idem, ibidem. pp.78

<sup>xx</sup> Idem, ibidem. pp.83

<sup>xxi</sup> Idem, ibidem. p.84

<sup>xxii</sup> Como afirmado anteriormente, um aspecto importante da disciplinarização da História foi o seu afastamento da retórica, mas é importante afirmar que é um *suposto* afastamento, uma vez que, tento o historiador consciência disso ou não, a escrita da história é retórica por ser argumentativa, onde empregam-se todos os dispositivos da linguagem e da lógica para sustentar um argumento. Sobre a presença da retórica nas narrativas históricas, ver: MEGILL, Allan & McCLOSKEY, Donald N. *The Rhetoric of History*. In. *The Rhetoric of the Human Sciences* (Ed. by NELSON, John S.). Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1987. pp. 221 – 238

<sup>xxiii</sup> WHITE, Hayden. *Pasado Practico*. 2013. Acesso em 22/11/2017.

<https://pt.scribd.com/document/164508558/WHITE-PASADO-PRACTICO> pp.7-8

<sup>xxiv</sup> idem, ibidem. p.8

<sup>xxv</sup> idem, ibidem. p.7

<sup>xxvi</sup> MIGUEL, Aitor Bolaños de. *Experimentos historiográficos postmodernos (3): diálogos entre la novela y la historia*. *Revista História e Historiografia*, n. 16, dezembro de 2014. pp.219

<sup>xxvii</sup> WHITE, Hayden. *La Política de la Interpretación Histórica*. Op. cit. Pp.86

<sup>xxviii</sup> Idem, ibidem. pp.90-91

<sup>xxix</sup> NOVICK, Peter. *That Noble Dream – The “Objectivity Question” and the American Historical Profession*. Cambridge: University Press, 2005. Pp.1-2

<sup>xxx</sup> COLEMAN, William. *Science and Symbol in the Turner Frontier Hypothesis*. *The American Historical Review*, Vol. 72, No. 1 (Oct., 1966), pp. 25-26 <http://www.jstor.org/stable/1848169>, Acesso em 22 de maio de 2017

<sup>xxxi</sup> NOVICK, Peter. *That Noble Dream...* op. cit. Pp.86

<sup>xxxii</sup> HIGHAM, John. *History: Professional Scholarship in America...* op. cit. Tradução nossa.

<sup>xxxiii</sup> Idem, ibidem.

<sup>xxxiv</sup> MOURA, Gerson. *História de uma História*. São Paulo, Edusp, 1995. Pp.20

<sup>xxxv</sup> Theodore Roosevelt (1858 New York City, New York – 1919), foi o primeiro presidente americano a ser posteriormente presidente da AHA. Formou-se em Harvard, tendo escrito diversos trabalhos de história, entre eles a obra de dois volumes “*The Naval War of 1812*”, de 1882, e a obra de quatro volumes “*The Winning of the West*” publicada entre 1889 e 1896.

<sup>xxxvi</sup> Albert Bushnell Hart (1854 Clarksville, Pennsylvania – 1927), formou-se em Harvard e obteve seu título de doutor em Freiburg sob orientação de Hermann Eduard von Holst. Em 1883, começou sua carreira como professor em Harvard, dando aulas nos cursos de história da América e história europeia, onde permaneceu até 1926, ano de sua aposentadoria. Além de ter escrito vários trabalhos sobre a história de seu país, entre eles “*Formation of the Union*” (1892), “*Salmon Portland Chase*” (1899), “*Essentials of American History*” (1905) e “*Slavery and Abolition*” (1906), Hart organizou importantes coleções, entre elas “*The American Nation*”, uma série de 28 volumes publicada entre 1903 e 1918. Por quatorze anos, foi editor da AHR.

<sup>xxxvii</sup> ROOSEVELT, Theodore. *History as Literature*. In.: *The American Historical Review*, Vol. 18, No. 3 (Apr., 1913), pp. 473

<sup>xxxviii</sup> idem, ibidem. p.475. Tradução nossa.

<sup>xxxix</sup> idem, ibidem. p.476. Tradução nossa.

<sup>xl</sup> idem, ibidem. p.480. Tradução nossa.

<sup>xli</sup> idem, ibidem. p.481. Tradução nossa.

<sup>xlii</sup> HART, Albert Bushnell. *Imagination in History*. In.: *The American Historical Review*, Vol. 15, No. 2 (Jan., 1910), pp. 229. Tradução nossa.

<sup>xliii</sup> idem, ibidem. p.229. Tradução nossa.

<sup>xliv</sup> idem. Ibidem. p.250-251. Tradução nossa.

<sup>xliv</sup> Em um certo ponto do texto intitulado “História e multidisciplinariedade: territórios e deslocamentos”, a historiadora Silvia Petersen trata das reflexões surgidas a partir do giro-linguístico, apontando os perigos que

percebe neste tipo de concepção sobre o conhecimento histórico. O que é interessante é que a autora trata a questão como sendo uma aproximação interdisciplinar entre História e Literatura. Caso semelhante ocorre entre esses historiadores da geração da Nova História, que trataram as mudanças na narrativa como uma aproximação interdisciplinar, o que me parece ser uma interpretação equivocada sobre a querela. Ao concordarmos com as reflexões sobre a disciplinarização de Hayden White, onde parte importante do processo de disciplinarização foi o afastamento da Literatura com a finalidade de alcançar um status científico para a História, somos levados à conclusão lógica de que uma reaproximação da Literatura não pressupõe apenas uma maneira de narrar alternativa, mas a percepção da natureza desse conhecimento como literária. Neste sentido, o que está em questão não é uma aproximação interdisciplinar, mas sim uma disputa pela natureza do conhecimento histórico, se literário ou científico. PETERSEN, Silvia. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. In.: *A História e seus territórios*. São Leopoldo, Editora Oikos, 2008. Pp.25-48

<sup>xlvi</sup> HIGHAM, John. History: Professional Scholarship in America... op. cit. p.106

<sup>xlvii</sup> Idem, ibidem. p.108

<sup>xlviii</sup> Idem, ibidem. pp.111

<sup>xlix</sup> Frederick Jackson Turner (1861 Portland, Wisconsin – 1932), formou-se na University of Wisconsin e obteve seu doutorado na Johns Hopkins University sob a orientação de Herbert Baxter Adams. Criador do campo da Western History, foi professor em Wisconsin por quase vinte anos e, em 1910, foi para Harvard, instituição em que trabalhou até se aposentar em 1922. Turner publicou “*Rise of the New West, 1819–1829*” pela coleção “*The American Nation*” organizada por A. B. Hart e “*The Frontier in American History*”, coletânea com seus mais importantes artigos.

<sup>l</sup> TURNER, Frederick Jackson. Social Forces in American History. In.: *The American Historical Review*, Vol. 16, No. 2 (Jan., 1911), pp. 225-226. Tradução nossa.

<sup>li</sup> idem, ibidem.p.230.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p.225. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p. 231.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p. 232-233. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> ROOSEVELT, Theodore. History as Literature... op. cit. pp. 483. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> George Burton Adams (1851 Fairfield, Vermont – 1925), medievalista, foi professor na Yale University entre 1888 e 1925. Seus principais trabalhos foram “*Civilization during the Middle Ages*” de 1894 e “*Growth of the French Nation*” de 1896.

<sup>lii</sup> ADAMS, George Burton. History and the Philosophy of History. In.: *The American Historical Review*, Vol. 14, No. 2 (Jan., 1909), pp. 229-230. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. pp.222. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p.236

<sup>lii</sup> ROBSON apud MOURA, Gerson. *História de uma História...* Op. Cit. 22

<sup>lii</sup> John Franklin Jameson (1859 Somerville, Massachusetts – 1937), foi o primeiro a obter o título de doutor em História nos Estados Unidos pela Johns Hopkins University em 1882. Jameson teve um papel essencial na construção das estruturas profissionais da história disciplinada: foi um dos fundadores da AHA, presidiu a Historical Manuscripts Commission em 1885, foi editor-chefe da *American Historical Review* e diretor do Departamento de Pesquisa Histórica da Carnegie Institution em Washington entre 1905 e 1928.

<sup>lii</sup> JAMESON, John Franklin. The American Acta Sanctorum. In. *The American Historical Review*, Vol. 13, No. 2 (Jan., 1908), pp. 286-302, pp. 297.

<sup>lii</sup> idem. Ibidem. p.286-288

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p.292-293

<sup>lii</sup> Idem, ibidem. pp.298-299 Tradução nossa

<sup>lii</sup> NOVICK, Peter. *That Noble...* op. Cit. pp.87

<sup>lii</sup> HIGHAM, John. *History ...* op. cit. Pp.115

<sup>lii</sup> idem, ibidem. pp. 108

<sup>lii</sup> ROBINSON, James Harvey. The New History. In.: Proceedings of the American Philosophical Society, Vol. 50, No. 199 (May - Aug., 1911), pp. 187. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> DECCA, Edgar & DECCA, Mauro. Carl Becker. In: *Lições de História: Da história científica e crítica da razão metódica no limiar do século XX* (org MALERBA, Jurandir). Porto Alegre: PUCRS, 2013.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p. 225. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p. 231.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p. 232-233. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> ROOSEVELT, Theodore. History as Literature... op. cit. pp. 483. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> George Burton Adams (1851 Fairfield, Vermont – 1925), medievalista, foi professor na Yale University entre 1888 e 1925. Seus principais trabalhos foram “*Civilization during the Middle Ages*” de 1894 e “*Growth of the French Nation*” de 1896.

<sup>lii</sup> ADAMS, George Burton. History and the Philosophy of History. In.: *The American Historical Review*, Vol. 14, No. 2 (Jan., 1909), pp. 229-230. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. pp.222. Tradução nossa.

<sup>lii</sup> idem, ibidem. p.236

---

<sup>lxi</sup> ROBSON apud MOURA, Gerson. *História de uma História...* Op. Cit. 22

<sup>lxii</sup> John Franklin Jameson (1859 Somerville, Massachusetts – 1937), foi o primeiro a obter o título de doutor em História nos Estados Unidos pela Johns Hopkins University em 1882. Jameson teve um papel essencial na construção das estruturas profissionais da história disciplinada: foi um dos fundadores da AHA, presidiu a Historical Manuscripts Commission em 1885, foi editor-chefe da *American Historical Review* e diretor do Departamento de Pesquisa Histórica da Carnegie Institution em Washington entre 1905 e 1928.

<sup>lxiii</sup> JAMESON, John Franklin. The American Acta Sanctorum. In. *The American Historical Review*, Vol. 13, No. 2 (Jan., 1908), pp. 286-302, pp. 297.

<sup>lxiv</sup> idem. *Ibidem*. p.286-288

<sup>lxv</sup> idem, *ibidem*. p.292-293

<sup>lxvi</sup> Idem, *ibidem*. pp.298-299 Tradução nossa

<sup>lxvii</sup> NOVICK, Peter. *That Noble...* op. Cit. pp.87

<sup>lxviii</sup> HIGHAM, John. *History ...* op. cit. Pp.115

<sup>lxix</sup> idem, *ibidem*. pp. 108

<sup>lxx</sup> ROBINSON, James Harvey. The New History. In.: *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 50, No. 199 (May - Aug., 1911), pp. 187. Tradução nossa.

<sup>lxxi</sup> DECCA, Edgar & DECCA, Mauro. Carl Becker. In: *Lições de História: Da história científica e crítica da razão metódica no limiar do século XX* (org MALERBA, Jurandir). Porto Alegre: PUCRS, 2013.

Recebido em: 09/01/2020.

Aprovado em: 30/01/2020.

Publicado em: 31/01/2020.